

A silly season nem parece silly

Por Chrys CHRYSTELLO



Desde jovem, lembro-me de chamarem este período de férias assim (e que bom que eram 3 meses de férias, sem ter de esperar por notas para acesso à Universidade). Contudo, nestes últimos anos, parece que a *Silly season* se espalhou pelos doze meses do ano e já nada espanta nem parece fora do costumeiro.

O primeiro-ministro austríaco anda a tomar uma qualquer substância estranha ao declarar: “Com o aumento da islamofobia, talvez tenhamos de pedir a todas as mulheres que usem um lenço na cabeça, em sinal de solidariedade com aquelas que o fazem por motivos religiosos”. Penso que, numa Europa maioritariamente cristã, deveria ser exatamente o contrário. O problema das burcas é complexo. Mas já foram proibidas: na Alemanha, na Áustria, na França, na Bélgica, nos Países Baixos, na Dinamarca e, agora, em Portugal, contra a vontade de alguns partidos, a quem sugiro que se comecem a vestir assim diariamente, a ver se gostam.

Os cristãos no Médio Oriente quase não conseguem sobreviver. Na Arábia Saudita, que financia a construção de mesquitas em todo o mundo, os cristãos não podem construir uma simples ermida. Certamente, em democracia, defendemos a convivência entre todas as religiões. Mas o inverso não acontece.

Os muçulmanos no Reino Unido apelam à PROIBIÇÃO de comer em público durante o dia, no período do RAMADÃO. Argumentam que ver as pessoas a comer aumenta a sua tentação e que o Islão deve ser respeitado. Compreendo perfeitamente este pedido.

Quando vem o Ramadão tenho uma vontade extrema de começar a dieta, e a tentação de o fazer aumenta, mas não acabem com a comida; já estávamos aqui antes deles.

Andam todos chorosos há meses pela saída da Ryanair, mas há semanas... “Um passageiro serviu que seguia num voo da Ryanair com origem na cidade grega de Salónica e que se deslocava para Memmingen, na Alemanha, foi quase sugado por uma janela do avião que se soltou durante a viagem.” Pensem duas vezes: com a SATA e a TAP, ainda nada disso aconteceu.

Estamos todos envelhecidos, o que representará menos gente a contribuir, mais gente a receber (pensões), menos gente capaz de trabalhar e a economia a retrair mais, com todos os serviços (da saúde ao ensino) a contraírem a sua dimensão. Os Açores registam um número de óbitos superior ao de nascimentos, tendência nacional agravada. São Miguel concentra mais de metade da população açoriana e, por isso, tem um peso determinante na evolução dos indicadores demográficos da região dispersa por nove ilhas. Os Açores são uma das regiões do país onde o envelhecimento demográfico e a perda de população têm maior impacto; isso vai afetar e comprometer o seu futuro. **LP**

PS/Açores desmente Paulo Moniz:

“Os 119 euros do Governo eram uma promessa com asterisco”

Deputado do PSD tenta responsabilizar o Parlamento por um mecanismo de crédito que o Governo da República não regulamentou durante cerca de um ano e por alterações que o próprio votou favoravelmente

O PS/Açores desmente categoricamente as declarações de Paulo Moniz, segundo as quais, sem as recentes alterações ao Subsídio Social de Mobilidade, o Governo da República teria condições, desde junho, para permitir que os residentes nos Açores pagassem apenas 119 euros pelas viagens ao continente.

“Esta afirmação não resiste aos factos. É uma tentativa de transformar o incumprimento do Governo da República numa responsabilidade do Parlamento e dos partidos que corrigiram as injustiças do modelo”, afirma o PS/Açores.

Os socialistas açorianos esclarecem que a plataforma eletrónica e o mecanismo de crédito são instrumentos diferentes, embora complementares. A plataforma trata da validação, tramitação e pagamento dos reembolsos. O mecanismo de crédito destina-se a evitar que o passageiro tenha de adiantar a totalidade do preço da passagem.

É sobre este mecanismo de crédito que incidem as declarações de Paulo Moniz.

O mecanismo estava previsto desde abril de 2025. No entanto, em 17 de março de 2026, o próprio PSD/Açores reconhecia que, passado cerca de um ano, o Governo da República ainda não o tinha regu-

lamentado.

“As alterações só foram aprovadas em votação final no dia 10 de abril. Antes disso, o Governo já acumulava cerca de um ano de atraso. Paulo Moniz não pode apagar esse incumprimento e inventar uma nova cronologia para proteger o Governo de Luís Montenegro”, sublinha o PS/Açores.

A alteração aprovada pelo Parlamento não proibiu nem eliminou o mecanismo de crédito. Eliminou o teto máximo do custo elegível das passagens. Cabia ao Governo adaptar o mecanismo à lei aprovada, em vez de suspender os trabalhos e utilizar a decisão soberana da Assembleia da República como desculpa.

“Um Governo competente adapta as suas soluções à lei. Não suspende uma promessa feita aos açorianos e depois culpa o Parlamento por ter melhorado os seus direitos”, afirmam os socialistas.

O PS/Açores sublinha ainda que o modelo anterior nunca garantiria que todos os residentes pagassem apenas 119 euros. Mantendo-se o teto máximo de 600 euros, qualquer montante acima desse valor seria sempre suportado pelo passageiro.

Numa passagem de 750 euros, por exemplo, o resi-

dente pagaria 269 euros: os 119 euros da tarifa de referência, acrescidos dos 150 euros que ultrapassavam o teto.

“Os 119 euros anunciados pelo Governo eram uma promessa com asterisco. Só seriam verdadeiros para as passagens que não ultrapassassem os 600 euros. Foi o PS que eliminou esse asterisco e garantiu que nenhum açoriano fosse penalizado pelo preço do bilhete”, destaca o PS/Açores.

Mais grave ainda é o facto de Paulo Moniz ter votado favoravelmente, no dia 10 de abril, o texto final que agora responsabiliza pelo atraso.

“Se Paulo Moniz entendia que estas alterações impediriam a entrada em funcionamento do mecanismo de crédito, tinha o dever de o dizer e de votar contra. Fez exatamente o contrário. Ou não sabia o que estava a votar, ou sabe que a acusação que agora faz é falsa. Nenhuma das hipóteses é aceitável”, considera o PS/Açores.

Os socialistas açorianos desafiam Paulo Moniz e o Governo da República a apresentarem os documentos que demonstrem que o mecanismo estava efetivamente concluído e pronto a funcionar em junho, incluindo a respetiva regulamentação, os acordos com as entidades

Continua na página 13

CANNAPORTUGAL
GLOBAL CANNABIS AWARDS

The Winner Is:

JUSTIN TRUDEAU
Former Prime Minister
Cannabis Legalization Leadership

CANADA

S. Miguel . Açores . Portugal
October 17, 2026